

Todos contra o Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

26 SET 1991
Carlos Monforte

Con. Brasil

Alguém muito bem posicionado dentro do governo me disse qual é o nome da crise em que o Brasil se meteu: é crise financeira. É o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, que vem encantando todo auditorio em que vai, apresentando o drama do momento brasileiro. É uma apresentação tão brilhante quanto trágica, mas o secretário diz que sabe como resolvê-la: está tudo no Emendão e nas projeções de recessão para os próximos dois anos.

Mas será que isso é suficiente? Claro que não. O próprio Roberno Macedo fala deste mal invisível, que se esconde na cabeça dos brasileiros, que é o mal da falta de confiança no Governo — um Governo que sequestrou a poupança, que não consegue acabar com a inflação e muito menos com a corrupção, males que ele prometeu extirpar na campanha.

Por tudo isso é que a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, a Cepal, está preocupada com o Brasil, embora esteja muito satisfeita com o clima de fim de recessão e de inflação alta em toda a América Latina. A preocupação tem sua razão de ser, quando se vê que a inflação está voltando aos poucos e já foi de 15,06 por cento em duas semanas de setembro, de acordo com a Fipe. Isso quando se sabe que a inflação argentina foi de 1,6 por cento em agosto.

A Argentina é, então, melhor que o Brasil? Não. O Brasil tem muito mais condições de obter sucesso, por todo o seu potencial. (Temos, aliás, o maior PIB da

América Latina). Mas pela falta de confiança nas ações do Governo, ficamos nesta situação lastimável, caminhando na direção oposta das promessas de Fernando Collor, que nos prometeu o Primeiro Mundo.

Essa profunda crise financeira faz com que o Brasil não consiga financiar seu déficit, o que não acontece na Itália e até mesmo nos Estados Unidos, que têm déficits públicos maiores que o Brasil, mas têm caixa suficiente para rolar tudo. Não temos um japonês bonzinho para financiar nosso déficit. E é aí que entra o Emendão, com sua proposta de reforma fiscal e tributária, mudando as relações entre a União, Estados e Municípios. E, claro, as privatizações.

Agora, toda essa conversa, todo esse entendimento que vem sendo tentado, vai cair, inevitavelmente, no Congresso. Lá é onde as discussões vão tomar forma definitiva. Assim, o entendimento precisa primeiro começar entre os políticos que frequentam o Congresso, que têm mandato. Eles, na verdade, e para que tudo dê certo, precisam primeiro pensar no Brasil, para depois pensar nos grupos corporativos que dominam o País.

E essa é a realidade final: há 500 anos vivemos criando esse corporativismo que agora vem nos apunhalando — sejam os petroleiros, os banqueiros, os empresários da Fiesp ou os portuários, essas zonas de interesse que lutam a favor de si mesmas e contra o País. Ou isso cai fora do País, ou o País cai fora do mundo.